

1

Introdução

Na década de 1930, o projeto de muitos intelectuais de matizes ideológicos diversos era viabilizar, por intermédio da educação, a reconstrução nacional do Brasil. A educação escolar era destinada a uma parcela pequena da sociedade e, com isso, transparecia seu caráter elitista que, na visão de alguns desses intelectuais, impedia o processo de democratização almejada por brasileiros na época.

As mudanças sociais que vinham redefinindo o cenário mundial já influenciavam os rumos nas políticas brasileiras e o despertar da população, que havia sido excluída dos bancos escolares, impulsionava para tornar-se urgente a redistribuição do acesso ao ensino.

A crença na educação como solução para os problemas nacionais era compartilhada por quase toda intelectualidade e se justificava, de acordo com Schwartzman (2000, p. 69), “pelo seu poder de moldar a sociedade a partir da formação das mentes e da abertura de novos espaços de mobilidade social e participação”.

O desafio estava posto! Para a garantia do progresso nacional brasileiro bastava, além de outros fatores, a organização de um sistema de ensino moderno, com um projeto educacional comum a todo país. O passo primordial era a formação de um Sistema Nacional de Ensino.

A fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, expressa o lugar de destaque dado à educação, já na década anterior, principalmente ao seu viés estratégico para o crescimento econômico e social do Brasil. Fundada por Heitor Lira da Silva, a ABE comportou, ao longo dos anos vinte e início da década de trinta, projetos educacionais que expressavam ideologias diversas. Os intelectuais que a compunham possuíam formações e posicionamentos distintos, porém todos tinham o objetivo único de mudar o estado crítico da educação, apontada como motivo de vergonha para um país com potencial para o progresso.

Assim, os debates sobre os rumos da educação nas primeiras décadas do século XX enriqueceram o cenário das políticas voltadas para a Instrução Pública e favoreceram o surgimento do movimento de renovação educacional no país, responsável não apenas pela criação de leis e diretrizes para o ensino, mas, a um só tempo, pela mescla de perspectivas educacionais de diferentes vertentes que aos poucos foram dando formato a novos modelos pedagógicos e oxigenando de novas ideias as escolas.

No caso do Rio de Janeiro, existia uma forte demanda por uma reestruturação e reformulação do sistema de ensino. Na década de 1930, o alto índice de analfabetismo inviabilizava o tão almejado projeto político e econômico, e a população local tornava-se cada vez mais simpatizante do governo de Pedro Ernesto que, diante do fortalecimento da administração municipal, conquistava a adesão dos trabalhadores cariocas.

Foi nesse contexto que Anísio Teixeira, com o apoio do prefeito Pedro Ernesto, desenvolveu uma política de reformulação da educação no Rio de Janeiro, que teve como “espinha dorsal” um conjunto de iniciativas o Instituto de Pesquisas Educacionais (XAVIER, 2007).

O fato é: apesar de ser bastante citado pela historiografia brasileira (SCHWARTZMAN, 2000; NUNES, 2000; XAVIER, 2007), contraditoriamente, a história do IPE foi pouco explorada pelos trabalhos que buscam tratar da institucionalização das pesquisas no Brasil e, principalmente, da organização da administração pública educacional.

A documentação referente ao Instituto de Pesquisas Educacionais (IPE) é escassa frente à importância desta instituição na reforma da Instrução Pública organizada por Anísio Teixeira. É provável que um incêndio, em 1982, onde funcionava o IPE, tenha apagado boa parte do arquivo desta Instituição, o que certamente dificultou a iniciativa de muitos pesquisadores em ter como objeto de estudo esse órgão. Outra hipótese é que com a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, a documentação tenha sido extraviada, não em função de um episódio fortuito, mas a partir do interesse na própria dispersão dos arquivos (ALMEIDA, 1993).

Durante o levantamento bibliográfico para a realização desta pesquisa, foi possível localizar apenas a dissertação apresentada por Lúcia Reis de Almeida

pela UFRJ, no ano de 1993. Apesar de ter como objeto o Instituto de Pesquisas Educacionais, seu objetivo foi investigar as atividades dessa Instituição até o período do Estado da Guanabara. A autora, diante do extenso recorte histórico que se propôs a analisar (1933 a 1975), disserta sobre o funcionamento do IPE e apresenta algumas lacunas que demandam análise futuras.

De acordo com Almeida (1993, p. 30), o IPE foi alterando a sua proposta ao longo dos anos, em especial posteriormente ao ano de 1940, quando passa a ser chamado de Centro de Pesquisas Educacionais (CPE). Suas finalidades vão sendo diversificadas e o mais curioso é que depois do segundo ano em que adquiriu uma nova nomenclatura passa a realizar uma nova proposta. Conforme Almeida, no ano de 1942, o IPE desenvolve um “plano que incluía a realização de exames neuropsíquicos daqueles que se candidatassem a trabalhar nos vários setores, cujas atividades, direta ou indiretamente, se relacionassem com a situação bélica”. Ou seja, perde o seu foco prioritário na educação e passa a atingir outros fins.

Nos anos posteriores, o IPE sofre novamente outra reestruturação, voltando até mesmo a chamar-se de Instituto de Pesquisas Educacionais. Neste contexto, volta a ter a educação como principal campo de trabalho. No entanto, seu formato se propõe a selecionar o acesso dos alunos à escola pública elementar e a conter a demanda da clientela dessa mesma escola pública ao ensino médio. O mais curioso é que tais atividades eram desenvolvidas sem concordância das escolas (ALMEIDA, 1993, p. 32). Segundo Almeida, existia uma falta de sincronia entre o IPE e o governo, as ordens chegavam ao Instituto e eram executadas, porém, ao enviarem os resultados, os técnicos daquele órgão não obtinham *feedback* do trabalho executado e encaminhado pelo próprio governo (id.,1993, p. 34).

Em 1963, por fim, alguns anos antes de seu desmonte, o IPE passa a se vincular ao Departamento de Serviços Complementares da Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Guanabara, setor responsável pela conservação de prédios escolares e das viaturas oficiais. Ainda de acordo com essa autora, a estratégia de vinculação a esse Departamento foi uma tentativa de esvaziamento do órgão para que culminasse em sua extinção (Ibid., p. 39). Para Almeida:

A partir de então, o Instituto de Pesquisas Educacionais transformou-se em órgão em que todos queriam trabalhar, porque lá havia sempre a possibilidade de não se trabalhar. Este estado de coisas chegou ao ponto de em determinado momento

haver um quantitativo exagerado de pessoal para desenvolver trabalhos afetos ao ‘Pesquisas’.

O “Pesquisa”, como era chamado por muitos intelectuais que nele buscaram em anos anteriores desenvolver um trabalho técnico com seriedade, finaliza a sua trajetória na década de 1970. Um pouco antes de encerrar suas atividades, porém, ganha uma autonomia administrativa após a extinção do Departamento de Serviços Complementares, em 1972. Três anos após, em 1975, volta a circular um ar de renovação dentro do Instituto e seu acervo é passado para o Gabinete do Secretário de Educação e Cultura. Ao IPE cabia a tarefa de órgão executor das normas emanadas do Gabinete do Secretário e do Conselho Estadual de Educação. No entanto, antes mesmo de avançar em seu novo formato, é extinto.

Para Almeida (1993, p. 45), após a exoneração de Anísio Teixeira da Secretaria da Educação do DF, “o Instituto de Pesquisas Educacionais serviu como instrumento de contenção da demanda escola”. Decerto, como veremos ao longo deste trabalho, o Instituto sofre inevitavelmente algumas alterações diante do contexto político do Brasil no período. Sua trajetória, quando Getúlio Vargas, em novembro de 1937, outorga uma nova constituição e instala o Estado Novo, ganha contornos diferenciados. No entanto, gostaríamos de problematizar o período entre o início de seu funcionamento, em 1933, e o momento em que sofre a primeira grande alteração, em 1940.

Alguns indicadores apontam para particularidades que tornam o IPE um objeto interessante de estudo, principalmente se consideramos: o contexto político dos anos em que se manteve em funcionamento até 1940; a sucessão de gestores após o ano de 1935, ao término da gestão de Anísio Teixeira e as possíveis relações entre sua experiência e o surgimento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), no ano de 1938.

1.1.Fontes, metodologia e problema:

Por intermédio dos documentos que compõem os arquivos pessoais de Anísio Teixeira e de Lourenço Filho, ambos localizados no CPDOC/FGV, e de Juracy da Silveira (ex-diretora da Escola México), situado na Associação

Brasileira de Educação (ABE), e também a partir da análise de artigos que foram publicados no Boletim de Educação Pública, na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP) e na Revista Brasileira de Pedagogia (RBP), pretende-se compor a História do Instituto de Pesquisas Educacionais (IPE). Para tanto, foi promovido um estudo de abordagem histórica, situando o objeto de modo mais específico na perspectiva da Nova História Cultural.

Isso significa que o ponto de partida metodológico será a compreensão da História Cultural como uma ciência interpretativa, na qual a decifração do significado, “mais do que inferência de leis causais de explicação, é assumida como a tarefa fundamental” (DARTON Apud HUNT, 2001). Com isso, durante a pesquisa, a reconstrução do passado foi trabalhada por intermédio de interpretações e suposições das vivências e experiências daqueles que atuaram em épocas anteriores. Assim, como destaca LeGoff (1984a, p.167), em História, as explicações são mais avaliações do que demonstrações, mas “incluem a opinião do historiador em termos racionais, inerentes ao processo intelectual de explicação”.

Deste modo, sem deixar de atentar para a questão da parcialidade e da incompletude da interpretação histórica, tendo, também, o objetivo de buscar minimizar o caráter monumental da construção discursiva e ideológica dos documentos (LEGOFF, 1984b), foi promovida uma análise pautada no permanente diálogo entre os arquivos pessoais, os impressos e o referencial teórico, uma vez que os documentos “não são textos inocentes e transparentes, foram escritos por autores com intenções e estratégias” e, por isso, cabe ao pesquisador criar suas próprias estratégias para lê-los (idem).

Com a expectativa de melhor compreender a experiência de uma instituição de pesquisa cujo pensamento político e filosófico tem um caráter inovador no que tange ao contexto educacional da época, pretendeu-se analisar o passado do IPE, tendo em vista as questões do presente (LEGOFF, 1984a), contribuindo para os debates atuais em torno da institucionalização das pesquisas em educação e para formação de instituições que buscam fomentar as dimensões teóricas, técnicas e práticas desta área.

Sendo assim, como ponto de partida desta pesquisa torna-se pertinente a seguinte pergunta: considerando a importância do contexto político e social do

Brasil no período, como se desenvolveram as atividades no IPE frente às particularidades do Governo de Getúlio Vargas?

Para tanto, de um lado, coube problematizar a rotatividade de gestores do IPE, principalmente considerar, nas análises, as articulações políticas, em âmbito municipal e federal, daqueles diretores que assumiram o Instituto após a saída de Anísio Teixeira da Instrução Pública do Distrito Federal. Como parte mais ousada da trajetória de pesquisa que se pretende trilhar, no quarto capítulo desta tese, foi possível analisar algumas relações entre o encerramento das atividades no IPE e o surgimento do INEP, tendo como principal eixo condutor Lourenço Filho, ex-diretor do IPE e presidente do INEP de 1938 a 1945.

De outro lado, foi considerado pertinente cotejar o projeto inicial do IPE com as práticas que foram se consolidando ao longo dos anos. Na expectativa de aprofundar um pouco mais à análise sobre o IPE e para melhor compreensão do desenvolvimento da dinâmica do Instituto, elegeu-se como locus de análise a seção de Programas e Atividades Extraclasse da Divisão de Pesquisas Educacionais do IPE. Essa seção era responsável por acompanhar sistematicamente as escolas experimentais, que promoviam estudos de novas ideias e métodos para que pudessem servir de referência aos professores do Distrito Federal. Na concepção de Anísio Teixeira, tais escolas poderiam se constituir como verdadeiro “foco de irradiação do melhor espírito profissional do mestre moderno”, tornando-se centro de estudos da criança, assim como locus privilegiado de experimentos de recursos e métodos pedagógicos¹.

Possivelmente, as práticas desenvolvidas nas escolas experimentais sofreram orientações distintas após a saída do grupo do Anísio da gestão da educação pública do Rio de Janeiro. Algumas escolas tiveram o seu projeto inicial enfraquecido, outras buscaram se adequar às exigências dos novos gestores do

¹ Como afirma Xavier (2007, p. 152), Anísio defendia a necessidade de enriquecer “os programas com atividades educativas independentes do ensino propriamente intelectual” e, na expectativa de ampliar o tempo de permanência nas escolas sem reduzir o número de séries, idealizava um modelo de escola rico em propostas educacionais, com organização flexível de horário e metodologias inovadoras para o contexto de sala de aula. Assim, para viabilizar sua concretização de modo que enriquecesse os programas escolares, foram criadas as Escolas Experimentais. Uma perspectiva conduzida com prudência, mas com pouca timidez, como afirmara Anísio Teixeira (2007, p. 194).

IPE, como foi o caso da 5ª escola experimental, Escola México, que será apresentada no último capítulo deste trabalho. A Escola México buscou estruturar suas práticas experimentais num contexto de mudanças no funcionamento do IPE. O encaminhamento dado à sua organização pedagógica comportou orientações diversas que enriqueceram o projeto original, pois foi possível identificar entrelaçamentos dos discursos de grupos distintos (católicos e renovadores) e a amalgamas de práticas pedagógicas, como o Método de Projetos, com a instrução para a catequese.